Rede do babado e rede legal: um olhar dissidente sobre a lógica da exploração sexual de meninas adolescentes na Amazônia

CONSUELENA LEITÃO*
BRENO DE OLIVEIRA FERREIRA**

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de propor um olhar dissidente sobre a lógica de exploração sexual de crianças e adolescentes em uma capital da região amazônica, para pensar possibilidades de protagonismo no âmbito da rede de proteção. A partir de uma etnografia com entrevistas semiestruturadas e de um exercício de reflexividade estas redes recebem nomes a partir de categorias nativas. Na rede de exploração sexual ou rede do babado ocorre uma maior flexibilidade de papéis destas adolescentes, o que faz com que essa rede esteja mais próxima da realidade dessas meninas. A rede de proteção ou rede legal apresenta papéis mais definidos, uma lógica mais formal e distante da realidade dessas jovens. Conclui-se que a lógica que envolve a flexibilidade de papéis das adolescentes, na rede de exploração pode ser utilizada para criar e ampliar espaços de protagonismos como uma das estratégias de enfretamento da rede de proteção.

Palavras-chave: violência sexual; protagonismo; crianças e adolescentes.

Rede do babado and rede legal: a dissident look at the logic of the sexual exploitation of adolescent girls in the Amazonia

Abstract: This article aims to propose a dissident look at the logic of sexual exploitation of children and adolescents in a capital of the Amazon region, to think about possibilities of protagonism within the scope of the protection network. Based on an ethnography with semi-structured interviews and an exercise in reflexivity, these networks are named after native categories. In the sexual exploitation network or "rede do babado", there is greater flexibility in the roles of these adolescents, which makes this network closer to the reality of these girls. The protection network or "rede legal" presents more defined roles, a logic more formal and distant from the reality of these young women. It is concluded that the logic that involves the flexibility of roles of adolescents in the exploitation network can be used to create and expand spaces for protagonism as one of the coping strategies of the protection network.

Key words: sexual violence; protagonism; children and teenagers.

* **CONSUELENA LEITÃO** é Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. Professora titular da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas.

** **BRENO DE OLIVEIRA FERREIRA** é Psicólogo, pedagogo, Doutor em Saúde Coletiva. Professor do curso de Psicologia e coordenador do Mestrado em Psicologia - Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Introdução

A violência sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno multifacetado que envolve contextos de relações de poder que refletem concepções construídas pela sociedade acerca da sexualidade humana e a condição delegada à criança e adolescentes numa posição de inferioridade. Considerando esta afirmação busca-se abordar nessa discussão o fenômeno da violência sexual de crianças e adolescentes a partir do contexto amazônico com um olhar para exploração sexual, considerando algumas desconstruções de relações de poder presentes em perspectivas adultocênctricas em muitos contextos em nossa sociedade.

De acordo com Serpa e Jane (2019) o conceito de exploração sexual é um termo recente, estabelecido no *I Congresso Mundial de Estocolmo*, ocorrido em 1996, em substituição ao termo "prostituição infanto-juvenil". Nesta concepção a exploração sexual é considerada um tipo de violência sexual em que crianças e adolescentes não estão se prostituindo, mas sim, sendo vitimizados pela prática criminosa de outros.

Ao tratar da exploração sexual de crianças e adolescentes, se faz importante destacar que este tipo de violência tem causas multifacetadas. Uma delas relacionada a violência de gênero presente na construção histórica dessa região. Para Paiva et al. (2021) o norte do Brasil, traz particularidades na expressão do fenômeno da violência. Essas particularidades existem por causa de questões históricas características da região, como a exploração sofrida pelas mulheres nortistas desde o início da colonização europeia.

A geografia dos rios, sua extensão, a escassez e a limitação de recursos, em algumas regiões, também propiciam certas vulnerabilidades que acabam por suscitar a exploração sexual, pois em muitos municípios da Amazônia existe muita exploração de recursos naturais com fluxo significativo de atividades econômicas, onde as políticas públicas são ainda muito escassas e/ou inexistentes. Para Levy e Mendonça (2018) na região do Marajó os rios amazônicos são responsáveis por compor todo o modo de vida das comunidades da região, como protagonistas de lendas e canções e assumem, a condição de principais representantes dos costumes das comunidades ribeirinhas, que possuem peculiar relação com as águas dos rios. Estas águas, por outro lado, parecem também lavar a memória de uma prática comum, porém silenciada, da qual servem de palco: a violência sobre os corpos femininos. Destacam a o exemplo de balsas que trafegam a partir de atividades econômicas intensas pelos rios e que transformam esse cenário em um ambiente propício para o comércio sexual e a exploração sexual de meninas na região Amazônica. Tal realidade ocorre com frequência em muitos municípios da região e parte dessa violência é naturalizada.

Levy e Mendonça (2018) destacam que se em nossa sociedade ocorre uma tendência para culpabilizar as famílias, com a justificativa para a exploração sexual infantojuvenil relacionado quase que exclusivamente, ao contexto de escassez de renda e de falta de amparo social da região. No entanto, alertam que a face econômica não é a única causa do problema, destacam que tal posição tende a invisibilizar os aspectos que perpetuam e naturalizam a prática, como as relações de poder, a marginalização e

desvalorização da figura feminina na autonomia de seu corpo.

Considerando este contexto, o presente artigo tem o objetivo principal de propor um olhar dissidente sobre a lógica de exploração sexual de meninas adolescentes em uma capital da região amazônica para pensar possibilidades de enfretamento da violência sexual e de protagonismo das adolescentes no âmbito da rede de proteção de crianças e adolescentes. Destaca-se na discussão as lógicas de funcionamento das redes de exploração e da rede de proteção de crianças e adolescentes, além de reflexões de como a jovens em situação de exploração sexual veem estas redes. Busca-se como resultado das discussões desconstruir visões sobre os papéis destas meninas que frequentemente é reduzido exclusivamente ao papel de vítimas para pensa-las como protagonistas de suas histórias.

Esse estudo faz parte dos achados da pesquisa de Doutorado intitulada Limites e possibilidades: uma tentativa de aproximação antropológica sobre a realidades de adolescentes em situação de exploração sexual no Amazonas e se caracteriza como uma pesquisa etnográfica aos moldes de Geertz (2008) em que o pesquisador a partir de uma descrição densa se depara com uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, tecidas e amarradas umas às outras, mas que precisam ser apreendidas e depois apresentadas.

Nesta Etnografia foram utilizadas a observação participante com entrevistas semiestruturadas, construídas a partir da perspectiva multissituada, exposta por Strathern (2006), através do exercício da reflexividade, em que os sujeitos de pesquisa igualmente produzem conhecimento através de escalas nativas – nas quais os pesquisadores, inclusive, encontra-se enredado –, o que possibilitou análises multilocalizadas, que articularam notas produzidas através de diário de campo, em conversas nos atendimentos psicológicos em uma Policlínica de atendimento de saúde de média complexidade, situada na zona sul da cidade de Manaus, que atende casos de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A população e o campo

As informações, neste artigo, sobre a exploração sexual, advêm do relato de adolescentes em situação de exploração sexual e da participação da autora como psicóloga e em um Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS) do Sistema Único de Saúde onde essas adolescentes foram atendidas.

Em meio à rotina de atendimento a crianças e adolescentes, à convivência prolongada com algumas delas e, consequentemente, ao acesso a diferentes histórias de vida, proporcionou a possibilidade da pesquisadora ser afetada pelas experiências de violência sexual. Não se trata de uma apreensão emocional ou cognitiva do afeto dos outros, mas da possibilidade de ser afetado por algo que afete outrem para estabelecer com esses certa modalidade de relação. (Favret-Saada, 2005 & Goldman, 2005). Deste modo, esta etnografia está articulada em diferentes escalas e tempos entre os anos de 2012 e 2016. Na apresentação das cenas etnográficas, os(as) interlocutores(as) tiveram seus nomes ocultados ou substituídos por nomes fictícios, para assegurar seu anonimato.

A análise da experiência

A partir de um exercício de reflexividade proposto por Strathern (2006), buscou-se descrever a lógica da rede de exploração sexual e da rede de proteção de crianças e adolescentes com destaque para termos

utilizados pelas meninas, que apresentam certas lógicas de como estas redes funcionam. Não se pretende neste ensaio desconsiderar as violências sexuais, nem negar a violações de direitos que ocorrem em casos de exploração sexual, sobretudo em uma sociedade adultocêntrica, mas considerar que as jovens possuem papéis para além do exclusivamente de vítimas e que isso pode ajudar a pensar possibilidades de protagonismo e autonomia a serem pensadas nas lógicas da rede de proteção para o enfretamento desta realidade.

As questões éticas

O estudo respeitou os preceitos éticos relativos às pesquisas com seres humanos, estabelecidos pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. A seguir, a discussão será apresentada a partir de duas abordagens a primeira trata de um olhar dissidente sobre as categorias nativas: Rede do babado e rede legal e em seguida, destaca a lógica da rede do babado para pensar a rede legal.

Um olhar dissidente sobre as categorias nativas: A rede do babado e a rede legal

Abordar o fenômeno da exploração sexual na Amazônia se caracteriza como um desafio constante que envolve uma realidade multifacetada, que inclui vulnerabilidades sociais e econômicas, relações de poder desiguais que se institucionalizaram na Amazonia desde a colonização, envolvendo um histórico de violência contra mulheres e adolescentes que foram naturalizadas no decorrer da história dessa região, onde muitas políticas públicas não chegam. A partir desta realidade buscou-se realizar uma tentativa de aproximação sobre a ótica de como essas adolescentes percebem a lógica de funcionamento dessas redes para levantar possibilidades que possam contribuir para o enfretamento deste tipo de violência. Serão destacadas a seguir a trechos de falas das adolescentes sobre o funcionamento dessas redes.

Durante a pesquisa, nas entrevistas com as jovens, indagava-se como chamavam as redes de proteção e de exploração sexual. Após questionamentos, nas conversas formais e entrevistas era possível ouvir identificar de forma direta algumas falas: - *Dizem que é exploração, né?!* (Abaeté, 14 anos) *Eu achava que fazia programa., Ah! Eu faço programa! Sou prostituta mesmo*! (Aimberé, 16anos). No decorrer do processo de pesquisa foi observado que o questionamento direto sobre as redes, não gerava aproximação a ponto de identificar como as jovens entendiam e viam esses espaços e essas lógicas. O processo ocorreria de forma mais espontânea no decorrer da construção do processo etnográfico

Desse modo, em duas ocasiões diferentes, no primeiro momento em uma das entrevistas e depois em conversa informal registrada em diário de campo, os nomes das redes surgiram de maneira espontânea e, posteriormente, passaram a fazer parte das conversas habituais. Importa ressaltar que essas expressões foram o mais perto que essa pesquisa conseguiu chegar, e provavelmente existem outras utilizadas por elas e não reveladas no momento de pesquisa. Seguem as descrições do primeiro momento em que as nomenclaturas foram apresentadas.

Trecho de entrevista sobre a rede de exploração e o olhar das adolescentes: *Ah fiz história essa semana. Não teve jeito, eu tava sem grana... Foi estranho, porque eu já não fazia faz tempo, mas eu precisei (...), tava sem grana* (Uauiarará, 14 anos). Foi percebido que ela estava falando da situação de exploração sexual. A partir deste momento, foi

possível observar que essas expressões eram utilizadas por elas rotineiramente, mas a expressão "babado", no lugar da expressão "história" era utilizada como maior frequência. Seguem trechos de outros momentos: *Na época que eu fazia o babado!* (Uauiarará, 14 anos). *Fiz um babado! ontem!*! *(Amonati 12 anos). Fiz o babado esses dias tia!* (Abaeté, 14 anos)

E assim, durante as conversas, a rede de exploração passou a ser identificada por rede do babado, porque a expressão história foi utilizada apenas por uma das jovens. A expressão babado era usada de forma mais coletiva e parecia tirar o peso da conotação da palavra exploração sexual.

A partir desta perspectiva e pensando a partir de uma lógica dissidente, "o babado", envolve uma ideia de ação e não de passividade, como se acredita, nesse contexto. Se caracteriza como uma metáfora que remete a ideia de ação e novidade. A palavra "babado" dilui, os termos pejorativos da situação de exploração sexual. No senso comum interpretado como prostituição. Ao olhar a ideia de fazer o babado no discurso das jovens, sem a conotação pejorativa podemos visualizar ação? "Vou fazer um babado", "Quando eu fazia o babado!", e assim por diante. Além de um sentido de agência, o "babado" é um jeito cotidiano de falar do assunto, minimizando a conotação negativa não somente da palavra, mas da ação.

Vamos à outra experiência, a partir de uma conversa informal registrada em diário de campo, para mostrar agora, de forma aproximada, o olhar das jovens sobre a rede de proteção. Em uma entrevista, ao mencionar os Centros de Saúde e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, a adolescente citava este equipamento da rede como um lugar que tem pessoas legais, mas que, às vezes, demoram muito a resolver as coisas: - *Acho que aqui é um lugar legal! Eu acho que lá naquele outro, onde eu sou atendida é legal também! [...] Só que pra resolver uma coisa assim... Demora, né?! Às vezes a gente precisa assim....pra aquela hora né? Aí demora muito! A gente até esquece...* (Macunaima, 13 anos). Em outra fala*: Aquele ultrassom, ... que eu fiz. Demorou, né? Pra conseguir?... E lá naquele outro (Centro de Referência em Assistência - Social CRAS), as meninas são legais lá, mas disseram que iam me ajudar com o bolsa família, nem voltei mais lá. Eu sei que é papelada, mas demora!* (Aimberé, 16anos).

A partir do olhar das adolescentes, a rede de proteção tem o sentido de legal porque elas encontram pessoas que as apoiam, que atendem, que auxiliam nos processos de atendimento. Existem pessoas interessantes, seja na escola, no abrigo, na rede de atendimento de assistência social e de saúde, mas existe também toda uma burocracia que envolve o atendimento: trâmites legais, fila de espera, normas, regras, que representam parte da lógica da rede de proteção. Incluem-se ainda, nessa lógica, o fato de essa rede ser legalizada e autorizada pelo poder público para atuar.

Partindo desta perspectiva, é possível descrever um exemplo prático dos mecanismos da rede de proteção na área jurídica. Um processo legal de julgamento e responsabilização de um autor de violência sexual, na modalidade estupro de vulnerável, no Brasil, leva cerca de quatro anos ou mais para ser concluído, o que muitas vezes, faz com que a família abandone o processo.

Há casos em que a passagem da infância à adolescência representa também a virada de página: a adolescente desiste de prosseguir na ação legal, por não

querer mais tratar do ocorrido. Muitas famílias abandonam o caso em decorrência do tempo de espera na movimentação processual. É muito frequente, a sensação de impunidade, nos corredores das unidades que acompanham os casos, e no atendimento, a expressão "isso não vai dar em nada" é comum.

Os procedimentos de comparecer nas instituições, também parecem maçantes para crianças, adolescentes e famílias, pois retira essas pessoas de sua rotina e lhes dá uma sensação de perda de tempo, pela sensação de não materialidade de muitos encaminhamentos. No campo da educação, o curso regular da escola, para as jovens, também é um obstáculo, processo, que por vezes, está distante dessa lógica com a qual a jovem lida no seu dia a dia. Por outro lado, a "rede legal" tem seus pontos positivos, muitas instituições possuem profissionais que conseguem um bom vínculo e desenvolvem trabalhos de atendimento com propostas bem aproximadas da realidade das jovens.

Em uma das entrevistas, uma adolescente mencionou a sensação de liberdade que sentia quando cantava, em um projeto, e destacou que a sensação era similar à sensação do uso das drogas, na "rede do babado". Descrevia o quanto sentia prazer em cantar e participar das atividades de canto coral, proporcionado por um dos equipamentos da "rede legal", mas essa experiência não é constante nesta rede. O mais presente são os processos burocráticos que se afastam constantemente do interesse e, com frequência, da vida das pessoas. A rede de proteção aparece, então, como burocrática, marcada pela morosidade dos processos, mas também como "rede legal", benéfica, agradável e boa.

As lógicas da rede do babado para pensar a rede legal

A partir das categorias nativas apresentadas, entende-se, neste estudo, que a rede do babado (rede de exploração sexual), tem estratégias mais acessíveis para as adolescentes do que a rede legal (rede de proteção de crianças e adolescentes) e a partir do exercício de reflexividade proposto por Strathern (2006), busca-se pensar em estratégias utilizadas na rede do babado para pensar estratégias de enfretamento na rede legal. Por essa perspectiva, o conceito de exploração sexual se caracteriza como a possibilidade de agência, através da sexualidade, para realizar trocas e suprimento de necessidades cotidianas. Um caminho acessível que torna-se um lugar viável de transitar e negociar, por apresentar diversos atores sociais com estratégias possíveis e mais próximas do seu corpo, da sua casa, da sua rua, do seu bairro, das suas redes de contato, da sua vida cotidiana.

este estudo, foi observado que uma das funções da sexualidade das jovens aparece como possibilidade de trocas de bens e favores. No relato das adolescentes não se trata de satisfação sexual, mas de acesso a bens e a possibilidades difíceis de alcançar pelas vias legais. É o que está mais perto do seu corpo, da sua realidade, de suas possibilidades.

Usar o corpo e cobrar por isso, é mais viável que assistir aula, ter que estudar matemática, fazer as provas para mostrar que compreendeu o processo e cumprir todas as regras dos procedimentos educacionais. Aqui, não se tem a intenção de obscurecer ou negar a desproporcionalidade de poder que ocorre nas experiências sexuais que as jovens têm, nesse caso, com seus aliciadores, principalmente, aquelas baseadas na assimetria em relação à

idade, a conhecimentos, a experiências, situação econômica e poder das pessoas que exploram essas adolescentes.

Neste sentido, não se pretende negar a violação de direitos que ocorre nestas relações, mas de compreender a lógica dessas redes, sobretudo a rede de exploração que parece mais próxima dessas jovens e onde elas transitam com mais frequência. Desta forma, com o uso no corpo, em alguma medida existe agência e protagonismo das adolescentes na rede exploração. A agência das jovens se manifesta pelas diversas trocas que realizam, e que vai além da sexualidade. Aqui não se nega as relações de poder na exploração sexual, mas da possibilidade de encontrar caminhos que possam ser utilizados para pensar as adolescentes por outras perspectivas, inclusive para pensar o protagonismo dessas jovens na rede legal.

Para Leitão (2016) a sexualidade faz parte da história da humanidade e está presente na vida de cada pessoa, desde o seu nascimento até sua morte. Crianças e adolescentes são sujeitos que possuem sexualidade, e precisam ser respeitadas na sua singularidade e, sobretudo, em sua autonomia. Atribui-se as pessoas, nestas fases, o direito ao desenvolvimento de sua sexualidade, sem violência. Em uma sociedade com "influências ocidentais", na infância, os direitos sexuais incluem o cuidado com corpo da criança e uma educação sexual que viabilize um aprendizado sobre o seu corpo, seu sexo e seu gênero, sem preconceitos.

Segundo Gomes (2021), os direitos sexuais são compreendidos por um conjunto de direitos relacionados à sexualidade que emanam dos direitos à liberdade, igualdade, privacidade, autonomia, integridade e dignidade de todas as pessoas. Neste sentido, é importante levantar reflexões sobre como a sexualidade é considerada no processo de socialização de crianças e adolescentes em nossa sociedade e como ocorre no processo de desenvolvimento humano.

As adolescentes em questão transitam a partir de várias relações sociais e recebem influências dos mais variados espaços, das mais diversas relações e experiências no campo da sexualidade. Pode-se perceber que a violência não é o único lugar que identifica suas ações, portanto, não podemos essencializá-las exclusivamente nesse ponto ou no papel de vítima.

Ao transitar por sua comunidade, pelas intuições (escolas, centros de saúde, centros de assistência social etc.) e também pelos pontos da rede de exploração, essas meninas se constituem apenas como exploradas sexualmente? Existe agência em seu movimento que pode ser utilizada de outra forma que não estamos considerando? Como se dá esse transitar e a construção dessas jovens a partir do uso da sexualidade? Entende-se aqui que as jovens usam sexualidade a partir da agência e protagonismo, conceitos que necessitam de maior atenção para se pensar a lógica de atendimento destas adolescentes na rede legal. Para Mccallum (1999), a noção de agência, com efeito, recoloca as perguntas sobre a desigualdade e a dominação, revelando-se um importante instrumento para se pensar a pessoa e sua autonomia. Nesse aspecto, a sexualidade nos serve também de categoria de reflexão para pensarmos em desconstruções relacionadas a poder e violência presentes nas situações de exploração sexual.

Neste estudo, as categorias poder e violência, se apresentam, como categorias binárias de polos opostos, em que as jovens transitam em momentos de dominação e sujeição, e não unicamente essencializadas no papel de vítima, mas

em um movimento que possibilita sua agência em algum sentido, e em alguns lugares. Não se trata de imaginar que seja possível substituir conceitos exógenos por correspondentes nativos; a tarefa é, antes, a de transmitir a complexidade dos conceitos nativos com referência ao contexto particular em que são produzidos (STRATHERN, 2006).

Como tratado anteriormente na introdução deste estudo, existem municípios na Amazônia onde ocorre um fluxo significativo de atividades econômicas em que o investimento de políticas públicas não ocorre na mesma medida, o que vulnerabiliza a população da região e se caracteriza como uma das causas da exploração sexual.

Muitas famílias ficam vulneráveis às lógicas capitalistas que sustentam relações de poder de um grupo sobre outro. Estas adolescentes, pela falta de oportunidades, acabam usando a sexualidade em troca de dinheiro, bens e favores, passando pela exploração sexual. Algumas encaram a situação como traumática, em outras não. E nestes últimos casos as experiências, as condições impostas pelos recursos sociais, psicológicos e econômicos que lhes foram oferecidos no decorrer de suas vidas lhes direcionaram para diversas possibilidades e suas histórias não se reduziram somente ao contexto da exploração sexual. Desse modo, não somente as experiências traumáticas devem ser consideradas para pensar o enfretamento da violência sexual de crianças e adolescentes na Amazônia.

Mariano (2021) rejeita as visões de vitimização sobre as mulheres, especialmente as mulheres em situação de vulnerabilidade em favor de um arcabouço que valoriza a agência e a autonomia como recursos conceituais e teóricos necessários para a compreensão das experiências das mulheres consideradas em contextos particulares. Em termos teóricos, mesmo em contextos de vulnerabilidades, os indivíduos atuam como agentes. Aqui, não se deseja afirmar que não existam pessoas que vivenciaram a experiência da violência sexual como traumática, porque isso ocorre com frequência em casos de violência sexual, mas pode-se afirmar que dentre essas experiências é possível encontrar pessoas que ocuparam outros lugares para além da vitimização, para usar essa experiencia como potencialidade e resiliência, sem negar as violações de direitos, e utilizar essa lógica para que essas adolescentes ocupem lugares de protagonismo na rede de proteção.

Olhar para crianças e adolescentes como sujeitos implica em considerar sua agência e protagonismo para admitir a importância de se ouvir o que elas têm a dizer, que a sua voz seja integrada nos processos de tomada de decisão nos assuntos que lhes dizem respeito. Na rede de exploração, as jovens, em alguma medida, transitam entre em papéis de poder e subordinação. Deste modo cabe estudar as relações de poder que se estabelecem nos diversos espaços em que crianças e adolescentes transitam. A exploração sexual é um fenômeno multifacetado e complexo, no entanto, uma das causas desse fenômeno é o olhar autocêntrico de conceber crianças adolescentes como essencialmente passivos e subordinados. Por esta perspectiva se faz importante construir ambientes, na rede de proteção, em que a criança exerça papéis de protagonismo. O ambiente escolar pode ser um espaço importante para essa construção servir de exemplo para a promoção da participação infanto-juvenil, com o envolvimento ativo de crianças adolescentes nos processos decisórios coletivos. Estas experiencias podem ser reproduzidas nos espaços

comunitários e familiares para promoção de uma lógica em que crianças e adolescentes possam ser reconhecidos em papéis de protagonismo e não somente de subordinação.

Apontamentos finais

Para as jovens que vivenciam essa experiência, a exploração sexual é um caminho pelo qual exercitam a possibilidade de agência através da sexualidade, para realizar trocas e suprimento de necessidades cotidianas. Um caminho acessível que, torna-se um lugar viável de transitar e negociar, por apresentar diversos atores sociais, com estratégias possíveis e mais próximas do seu corpo, da sua casa, da sua rua, do seu bairro, das suas redes de contato, da sua vida cotidiana.

Deste modo, essas jovens não ocupam somente o papel de vítimas. E tanto na rede do babado quanto na rede legal podem exercer papéis relacionados a poder e subordinação, e não somente relacionado ao papel de vítimas. O que indica que estas adolescentes podem ocupar papéis de protagonismo nos diversos espaços pelos em que elas transitam.

Na rede de exploração ou "rede do babado' ocorre uma maior mobilidade e flexibilidade de papéis e espaços, o que faz com que essa rede se aproxime, de maneira muito mais da realidade das meninas. A rede de proteção, por sua vez, apresenta papéis mais definidos, uma lógica mais formal e distante da realidade dessas jovens.

Neste sentido, tanto as categorias nativas aqui abordadas quanto as categorias científicas como sexualidade, nos servem para repensar as relações de poder e subordinação que sustentam diversos olhares sobre a sujeição de jovens em situação de exploração sexual.

Os exercícios realizados neste estudo tiveram o intuito de promover reflexões a partir de um olhar dissidente das jovens sobre as redes de exploração e rede de proteção, para considerarmos que se faz necessário criar e ampliar espaços de protagonismo de crianças e adolescentes dentro da rede de proteção de crianças e adolescentes.

Referências

BRASIL. PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO MATO GROSSO DO SUL, 2015.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161, 2005.

GEERTZ, Clifford, 1926-A interpretação das culturas / Clifford Geertz. - l.ed., IS. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Juliana Cesario Alvim. Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais. Revista Direito GV [online]., v. 17, n. 3, 2021.

GOLDMAN, M. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. Cadernos de Campo, n. 13, p. 149-153, 2005.

LEITÃO, C. L. (2016). Limites e Possibilidades: uma tentativa de aproximação antropológica com a realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na cidade de Manaus. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5436/2/Tese%20%20Consuelena%20L.%20Leit%C3%A3o.pdf.

LEVY, Beatriz Figueiredo & MENDONÇA Ygor de Siqueira Mendes. Meninas "Balseiras": a mercantilização dos corpos femininos na ilha do Marajó. Gênero na Amazônia, Belém, n. 13, p. 200-2012 junho de 2018. Acesso https://generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-13/15_Meninas-balseiras-a- violencia.pdf.

MARIANO, Juliana Cesário Alvim. Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais. Revista Direito GV [online]. 2021, v. 17, n. 3 [Acessado 21 outubro 2022], e 2136. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/2317-6172202136>. Epub 13 Dez 2021. ISSN 2317-6172. https://doi.org/10.1590/2317-6172202136.

MCCALLUM, Cecília. Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá Revista Estudos Feministas, v.7 n.1_2, p. 157-175, 1999.

PAIVA, Elza Beatriz Barros de, Nabero Ana Paula Pereira e Ferreira, Breno de Oliveira Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 168 - 183, jul. / dez. 2021.

PISCITELLI, Adriana. Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo /Adriana Piscitelli. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

SERPA, Monise Gomes; FELIPE, Jane. O conceito de exploração sexual e seus tensionamentos: para além da dicotomia vitimização-exploração. Revista Estudos Feministas [online]. v. 27, n. 1, 2019, [Acessado 10 julho 2022], e49509. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n149509>. Epub 14 Mar. 2019. ISSN 1806-9584. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n149509.

STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva. Campinas: Ed Unicamp, 2006.

Recebido em 2022-07-30
Publicado em 2023-01-01